

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Bacharelado em Políticas Públicas

Caroline Heissler Luz Pereira

A 4ª Conferência Nacional de Juventude
e o papel da juventude na construção de políticas públicas

Porto Alegre

2024

Caroline Heissler Luz Pereira

A 4ª Conferência Nacional de Juventude
e o papel da juventude na construção de políticas públicas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Políticas
Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr^a. Jennifer Azambuja de
Morais

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Caroline Heissler Luz
A 4ª Conferência Nacional de Juventude e o papel da
juventude na construção de políticas públicas /
Caroline Heissler Luz Pereira. -- 2024.
33 f.
Orientadora: Jennifer Azambuja de Moraes.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Políticas
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Políticas Públicas. 2. Juventude. 3. Conferência
Nacional de Juventude. I. Moraes, Jennifer Azambuja
de, orient. II. Título.

Caroline Heissler Luz Pereira

A 4ª Conferência Nacional de Juventude
e o papel da juventude na construção de políticas públicas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em Políticas
Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dr^a. Jennifer Azambuja de
Morais

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Jennifer Azambuja de Moraes
Doutora em Ciência Política
UFRGS

Diana de Azeredo
Doutoranda do PPG Ciência Política
UFRGS

Felipe Milanezi
Doutorando do PPG Ciência Política
UFRGS

A minha Mãe, por nunca me deixar desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, minha base, meu esteio, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando e apoiando.

Agradeço a minha família, meus avôs, minhas tias, meu pai, sem eles eu não estaria aqui.

Agradeço a minha orientadora Jennifer, por aceitar me orientar neste trabalho, mesmo com pouco tempo, e por ser a melhor professora que eu tive na graduação.

Agradeço a UFRGS, ao IFCH e ao curso de Políticas Públicas por todo conhecimento durante minha trajetória.

Agradeço aos meus amigos, que sempre confiaram em mim.

Agradeço aos colegas das políticas públicas que buscam construir um mundo melhor.

Agradeço ao coletivo Kizomba, que me acompanhou desde o início da graduação e aos companheiros que estiveram comigo na 4ª Conferência Nacional de Juventude.

E por fim agradeço a todos que de alguma forma fizeram parte da minha vida durante a graduação e que torceram por mim.

Muito obrigada!

“Ser jovem e não ser revolucionário é uma
contradição genética.”

Ernesto Che Guevara

RESUMO

O presente trabalho traz um debate sobre políticas públicas de juventude, através da realização da 4ª Conferência Nacional de Juventude. Utilizando conceitos sobre políticas públicas e juventude. Trabalhamos com o ciclo de políticas públicas e com o histórico das políticas públicas de juventude no Brasil. A questão que norteou este trabalho foi: qual é o papel da juventude na formulação de políticas públicas através da 4ª Conferência Nacional de Juventude? O objetivo geral foi identificar como os jovens presentes na 4ª Conferência Nacional de Juventude atuaram na construção das políticas públicas de juventude que são resultado da conferência. Já os objetivos específicos foram entender se os jovens são atores ativos nessa construção e conhecer o histórico das políticas públicas de juventude no Brasil no século XXI. A metodologia utilizada para responder à questão e sanar os objetivos foi qualitativa, com o uso de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo através da pesquisa participante e análise documental. Os quais serviram para confirmar a hipótese que a juventude tem papel ativo na construção das políticas públicas através da 4ª Conferência Nacional de Juventude.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Juventude; Conferência Nacional de Juventude.

ABSTRACT/RESUMEN/RÉSUMÉ

The present work brings a debate on public youth policies, through the 4th National Youth Conference. Using concepts about public policies and youth. We work with the public policy cycle and the history of public youth policies in Brazil. The question that guided this work was: what is the role of youth in formulating public policies through the 4th national youth conference? The general objective was to identify how young people present at the 4th National Youth Conference work in the construction of public youth policies that are the result of the conference. The specific objectives were to understand whether young people are active actors in this construction, and to learn about the history of public youth policies in Brazil in the 21st century. The methodology used to answer the question and resolve the objectives was qualitative, using bibliographical research, field research through participant research and documentary analysis. Which served to confirm the hypothesis that youth have an active role in the construction of public policies through the 4th National Youth Conference.

Keywords: : Public policies; Youth; National Youth Conference.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	POLÍTICAS PÚBLICAS	12
2.1	O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	13
3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	16
4	ANALISE DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE.....	19
4.1	PARTICIPAÇÃO NA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE .	22
4.2	RESULTADOS DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE ...	24
5	CONCLUSÃO	27
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Debater sobre políticas públicas de juventude se faz cada vez mais necessário, pois segundo o Censo demográfico de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, no Brasil, 22,32% da população tem entre 15 e 29 anos, mostrando que quase um quarto da população brasileira é jovem (IBGE, 2023). Sendo uma faixa expressiva da população, conhecer como são pensadas as políticas públicas específicas para juventude é importante. É importante colocar que a juventude é múltipla, diversa e plural. O que faz ser necessário pensar no termo junventudes no plural (TONELLA e DOURADO, 2021).¹

Diversos autores ressaltam a importância de se discutir sobre as políticas públicas de juventude (SPOSITO e CARRANO, 2003; CUNHA, 2011; RIBEIRO e MACEDO, 2018), para qualificar a formulação dessas políticas. A participação da juventude é essencial no processo de criação das políticas públicas de juventude.

Diante disso, a questão norteadora do trabalho é: qual é o papel da juventude na formulação de políticas públicas através da 4ª Conferência Nacional de Juventude? Nossa hipótese é que a juventude tem um papel ativo na formulação de políticas públicas através da 4ª conferência nacional de juventude.

A escolha da Conferência Nacional de Juventude foi feita porque depois de oito anos da última Conferência Nacional de Juventude realizada em 2015, em dezembro de 2023 aconteceu a 4ª Conferência Nacional de Juventude. Sendo um espaço e momento propício para a realização desse estudo.

Como objetivo geral visamos identificar como os jovens presentes na 4ª Conferência Nacional de Juventude atuam na construção das políticas públicas de juventude que são resultado da conferência. Já os objetivos específicos são, entender se os jovens são atores ativos nessa construção e conhecer o histórico das políticas públicas de juventude no Brasil no século XXI.

Para responder à questão norteadora e atingir os objetivos, a metodologia utilizada nesta pesquisa é a metodologia qualitativa, que é definida por Minayo (2002) da seguinte forma.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

¹ Entretanto para a fluidez do texto utilizaremos o termo juventude.

profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p 21-22)

Ou seja, a pesquisa qualitativa busca entender os porquês de determinada situação, mas sem quantificá-los, pois, os dados não podem ser colocados em métrica.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para conceituação dos temas relevantes a este trabalho. E foi utilizada também para o acúmulo teórico sobre as discussões presentes neste trabalho.

Outro método utilizado foi a pesquisa de campo, a qual Gil (2008, p 53) afirma que “No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo.”

A pesquisa de campo para este trabalho foi realizada na 4ª Conferência Nacional de Juventude, a partir da pesquisa participante. Azamorw (2021) ressalta que

O modelo de pesquisa participante coloca o pesquisador em um desafio: pesquisar e participar. Participando, o pesquisador assume outro lugar, torna-se parte de construção das representações sociais e tem a possibilidade de observar esse processo em sua formação. (AZAMORW, 2021 p 140)

No caso deste trabalho, a autora participou da 4ª Conferência Nacional de Juventude, como delegada, público alvo e pesquisadora.

Utilizamos também a análise documental, dos documentos relacionados as conferências nacionais de juventude. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), afirmam que

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009 p 10)

Sendo necessário a vinculação da análise dos documentos com outros métodos de análise do fenômeno estudado.

Neste trabalho juntamos o referencial teórico, vindo da pesquisa bibliográfica, com a pesquisa participante em campo na 4ª Conferência Nacional de Juventude e com a análise dos documentos para responder à questão problema e atender os objetivos.

Além desta introdução, o presente estudo conta com três capítulos divididos em Políticas Públicas, onde é conceituada as políticas públicas, Políticas Públicas de Juventude, no qual é feito um apanhado histórico das políticas públicas de juventude no Brasil e Análise da 4ª Conferência Nacional de Juventude, trazendo os dados sobre a conferência e seus resultados, e por fim a conclusão, onde retomaremos tudo que foi debatido neste trabalho.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de políticas públicas é amplo e com diversas definições. Ao apresentarmos algumas definições, indicaremos o nosso entendimento mais adequado para a análise feita neste trabalho.

Dye (1984 apud Souza, Celina 2006, p. 24) afirma que as políticas públicas são “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, evidenciando que a escolha do não fazer nada também é importante na definição de políticas públicas. Os governos colocam em sua agenda os temas que são prioritários na gestão, deixando de fora outras áreas, isso demonstra que as políticas públicas são escolhas de governo.

Souza (2006) traz a tendência da participação social nas políticas públicas ao redor do mundo, o caráter participativo aproxima a população da construção da política. “No Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Participativo. ” Souza (2006, p 36)

Amabile (2012, p 390) define que “Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. ”, ou seja, é fundamental que tenha um caráter coletivo na motivação da política pública.

Saravia resume o que é política pública e qual seu objetivo no seguinte trecho,

Mas o que é uma política pública? Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. (SARAVIA, 2006, p 28)

Ressaltando a participação de diversos grupos na formulação da política pública com o interesse de modificar uma realidade.

Agum, Menezes e Riscado (2015, p 16) afirmam que “Podemos entender como política pública a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas. ”, ou seja, as políticas públicas são decisões políticas dos atores que tenham a legitimidade para governar.

Apesar de ser um entendimento coletivo e que as políticas públicas envolvem a produção de bens públicos, cabendo ao Estado a garantia de políticas que se

processam oriundas de diversos interesses, necessidades e demandas de dada população que vive em determinado território, Souza (2006) aponta que não existe uma única e nem melhor definição sobre o que seja política pública. Isso porque, segundo Di Giovanni (2009), ao se referir às relações entre estado e sociedade, determinadas por constantes transformações históricas e permeadas por mediações de natureza variada, como o mercado, o conceito de políticas públicas está em constante evolução.

Diante do exposto, para este trabalho resumimos políticas públicas como ações que tem como objetivo a mudança de uma situação, sendo decidida pelos atores governamentais e com a pressão de grupos interessados para a entrada da pauta na agenda.

2.1 O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A construção de políticas públicas tem como base o modelo do ciclo de políticas públicas. Uma ferramenta que facilita o entendimento dos passos que são essenciais para a formulação da política pública.

O ciclo de políticas públicas é o processo de formação de uma política pública, com etapas distintas, sequenciais e interdependentes. A versão mais utilizada, tem sete etapas principais: 1) Identificação do problema; 2) Formação da agenda; 3) Formulação de alternativas; 4) Tomada de decisão; 5) Implementação; 6) Avaliação; 7) Extinção. (SECCHI, 2010)

As etapas que são importantes para este trabalho são a formação de agenda e a formulação de alternativas. Pois segundo Capella (2018), são os principais pontos para entender a formulação de uma política pública.

O processo de formulação de políticas públicas compreende dois elementos principais: definição da agenda e definição de alternativas. O primeiro envolve o direcionamento da atenção em torno de questões ou problemas específicos. O segundo, a exploração e o desenho de um plano possível para a ação. Assim, investigar a formulação de políticas consiste em buscar compreender por que alguns assuntos se tornam importantes e acabam concentrando o interesse de vários atores, enquanto outros não. (CAPELLA, 2018 p 9)

A formação ou definição da agenda, é o momento em que o problema social ganha notoriedade dos agentes detentores do poder para que seja tomada uma atitude para a modificação da situação. Rosa, Lima e Aguiar (2021) trazem o processo de construção social dos problemas.

Portanto, a construção social dos problemas é um processo altamente politizado, permeado pela pluralidade de preferências, interesses, ideias e valores sociais, bem como pelas limitações cognitivas e informacionais. Disso decorre que a formatação de um problema será sempre parcial, temporária e controversa. (ROSA; LIMA; AGUIAR. 2021 p 49)

A partir do entendimento do problema como importante ele passa a incorporar a agenda governamental. Di Giovanni (2009, p 14) traz uma visão sobre os atores presentes nas políticas públicas definindo que, “Portanto, os atores são todas as pessoas, grupos ou instituições que, direta ou indiretamente participam da formulação, da implementação e dos resultados de uma política. ”

É fundamental o papel dos grupos de interesse, que são atores incidindo na política, que realizam pressão para que a pauta defendida se torne relevante para os detentores do poder de decisão.

Ferreira (2021), aponta que a constituição federal de 1988 possibilitou o envolvimento da população nas políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 promoveu mudanças significativas no processo de formulação e implementação de políticas públicas no Brasil, principalmente no mecanismo de envolver a população no processo de formulação e controle dessas políticas. E assim, as discussões sobre políticas públicas passaram a ocupar lugar central na agenda dos governos. (FERREIRA 2021, p 35)

Com a participação popular tendo espaço na discussão das políticas públicas, os grupos de interesse passam a ter legitimidade para realizar as pressões para os temas entrarem na agenda dos governos. Santos (2019) reforça que uma forma da participação dos grupos de interesse é a participação em conselhos e fóruns.

Dessa maneira, os grupos assumem aí papel relevante no processo decisório sobre as diferentes áreas de políticas públicas. A relação dos grupos com a burocracia, por exemplo, participando de conselhos setoriais de políticas ou outros fóruns consultivos e deliberativos de governo, fazem com que os grupos sejam mais poderosos. (SANTOS, 2019, p 410)

Podemos ainda considerar além dos conselhos e fóruns as conferências de políticas, como espaços de pressão de grupos de interesse para a priorização de determinados temas sobre outros. Pentinelli (2011), reforça a importância das conferências para o incorporamento das pautas na agenda dos governos.

De maneira geral, é possível afirmar que as conferências públicas não apenas têm influenciado a formação da agenda de políticas públicas do governo federal, como também o têm feito de maneira relativamente eficiente, uma vez que parte expressiva das propostas aprovadas tem sido incorporada nos programas do governo federal. (PENTINELLI, 2011, p 248)

Dessa forma, os grupos de interesse podem ser também o público alvo da política pública a ser desenvolvida. No caso deste trabalho, a juventude é o público

alvo da conferência, mas também exerce pressão para a suas pautas serem priorizadas na formulação de políticas através da conferência, e assim são criadas as alternativas de solucionar o problema social.

Conhecer o processo das políticas públicas é importante para visualizar como isso se dá através da 4ª Conferência Nacional de Juventude. A participação da juventude como grupo de interesse e pressão para a construção das políticas públicas de juventude.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Após uma breve discussão sobre o que são políticas públicas, iremos agora focar nas políticas públicas de juventude. A juventude é uma categoria com diversos recortes, usando a métrica etária, o Estatuto da Juventude, em seu primeiro artigo define a juventude como pessoas entre 15 e 29 anos. (Brasil, 2013).

A juventude também é vista como uma fase transitória, entre a infância e a vida adulta, Abramo (2014) traz essa visão

Na concepção da sociedade ocidental moderna, a etapa da juventude tem sido associada a um tempo de "moratória social", de passagem entre a infância e o mundo adulto e, assim, de preparação para a inserção no mundo do trabalho e para a constituição de nova família. A ideia de "moratória social" tem sido entendida como um crédito de tempo concedido ao indivíduo para que ele proteja sua entrada na vida adulta... (ABRAMO, 2014, p 14)

Entretanto, Cordeiro e Clementino (2012) destacam o risco de considerar a juventude somente como fase transitória,

A juventude pode ser considerada uma etapa da vida que, como as outras, possibilita um conjunto de novas trajetórias, desafios e experiências. Mais do que um momento assinalado por transformações biológicas, a juventude é marcada pelas relações que as pessoas estabelecem dentro da sociedade. Se for considerada, porém, apenas como um momento de trânsito entre infância e o estágio adulto, corre-se o risco de perceber a juventude apenas a partir daquilo que o senso comum diz que lhe falta: maturidade, competências e responsabilidades de adultos. (CORDEIRO; CLEMENTINO, 2012, p 16)

E nesse sentido pode-se acabar colocando a juventude como categoria sem papel ativo nas decisões.

A juventude ganha força na agenda política brasileira, a partir dos primeiros anos do século XXI, sendo objeto de ações governamentais.² Cunha (2011), ressalta o início da relevância social da juventude no Brasil.

No entanto, apenas nos anos 2000, os/as jovens tornam-se atores sociais relevantes, com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental brasileira. Somente em 2005, o Brasil cria instituições para formular uma política pública de juventude; admitindo os limites institucionais para dar respostas aos conflitos e demandas que ameaçam o crescimento e a garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais para essa população. (CUNHA, 2011 p 5)

² Outro fator importante foi o protagonismo da juventude nos atos contra o aumento da passagem em junho de 2013.

A partir do entendimento da juventude como atores sociais relevantes, assim entrando na agenda governamental, Cordeiro e Clementino (2012) evidenciam que essa entrada na agenda política teve

Como resultado, o Governo apresentou, em 2005, as suas primeiras ações de construção do embrião de uma Política Nacional de Juventude: a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. (CORDEIRO; CLEMENTINO, 2012, p 22)

Já Ribeiro e Macedo (2018) ressaltam a importância desse movimento para a juventude brasileira,

É possível afirmar que, no Brasil, as políticas de juventude vivenciaram um período importante de afirmação. O período foi marcado pela construção de uma significativa institucionalidade no campo das políticas públicas de juventude, com a criação de centenas de órgãos governamentais municipais e estaduais, evidenciando avanços na construção de um apoio visível na proteção social e no bem-estar dos jovens, acompanhando um ciclo de desenvolvimento das políticas públicas sociais e de construção da cidadania no país. (RIBEIRO; MACEDO, 2018 p 109)

Houve um grande avanço nas políticas de juventude, colocando os jovens como sujeitos políticos. A criação dos órgãos institucionais de juventude nos três níveis, além a implementação do conselho nacional de juventude, mostra a importância da juventude na sociedade. Cunha (2011) reforça também que

Nessa nova concepção política, pretende-se que os atores juvenis tragam modelos e relatos de experiências que sirvam de inspiração para a criação de instituições responsáveis pela implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas. Tal postura deve ser assegurada e exercida pelas seguintes estruturas governamentais: A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que é responsável por articular os programas e projetos em âmbito federal; fomentar a elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal; interagir com o poder Judiciário e Legislativo na construção de políticas amplas; e promover espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas; além de coordenar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que tem o objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã. (CUNHA, 2011 p 7)

Esses dois órgãos, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, trazem os jovens para o centro do debate como atores ativos da construção das políticas de juventude no Brasil. A participação da juventude em esferas governamentais é retirar o papel passivo dessa categoria social e garantir que as demandas e ideias sejam ouvidas e possam construir soluções em conjunto.

Entretanto Sposito e Carrano (2003), afirmam que tratar as políticas públicas de juventude apenas com os jovens é insuficiente, pois

Um [...] campo de disputas nas políticas públicas de juventude decorre das formas como são concebidas as relações entre Estado e sociedade civil na conformação da esfera pública. Tratar o tema apenas no eixo da juventude – se as políticas são para os jovens, com os jovens, por meio dos jovens com base neles –, embora importante para o debate público, do ponto de vista analítico, é insuficiente. As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os atores jovens não são construídas apenas com base em uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, do exercício do governo (abertura ou não de canais de participação dos atores/formas de parceria etc.) e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública. (SPOSITO; CARRANO, 2003 p 20)

É necessário que a construção da política pública seja plural, para resolver os problemas sociais de forma eficaz.

Para este trabalho foi importante conhecer a história das políticas públicas de juventude, o que já foi feito e de que forma isso se deu. Utilizando esse conhecimento para basear a análise dos resultados da 4ª conferência nacional de juventude.

4 ANÁLISE DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

A partir disto, diversas ações foram feitas acerca das políticas de juventude, para o desenvolvimento e efetivação dos direitos dos jovens brasileiros. Uma dessas ações foi a realização das conferências nacionais de juventude, nos anos de 2008, 2011, 2015 e 2023.

A 1ª Conferência Nacional de Juventude teve como lema Levante sua Bandeira, e ocorreu entre 27 e 30 de abril de 2008. Segundo o caderno de resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude, foram realizadas 840 conferências municipais e regionais em todos os estados e no distrito federal, além de 690 conferências livres, mobilizando 400 mil pessoas em todo o país, e culminando na participação de 2.500 pessoas na etapa nacional em Brasília.

Todo esse processo resultou na priorização de 22 propostas e de 70 resoluções, aprovadas pelos delegados e delegadas eleitos em suas etapas para a conferência nacional. Dos Santos e Yamamoto (2018), frisam que as políticas públicas para a juventude negra foi uma das principais pautas.

Uma das pautas abordadas na conferência foi à necessidade de elaboração de políticas públicas para a juventude negra. As propostas mais votadas mantiveram a diversidade da juventude no que se refere às demandas de grupos jovens específicos (negros/as, mulheres, de povos e comunidades tradicionais e do campo/rural), assim como, propostas mais gerais relativas à segurança, educação, trabalho, política e participação. (DOS SANTOS; YAMAMOTO. 2018, p 661)

Mas as pautas foram variadas, de todos os temas que a juventude entende como relevante a sua vivência.

A 2ª Conferência Nacional da Juventude foi realizada de 09 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília, e teve como lema: conquistar direitos, desenvolver o Brasil. Para a preparação da conferência foram realizadas etapas municipais, regionais e estaduais, além de conferências livres, mobilizando jovens em todos os estados e no distrito federal.

Diferente da 1ª conferência, que teve uma prioridade para cada um dos 22 temas, a 2ª conferência dividiu os temas em cinco eixos: Eixo 1. Direito ao Desenvolvimento Integral; Eixo 2. Direito ao Território; Eixo 3. Direito à experimentação e qualidade de vida; Eixo 4. Direito à diversidade e à vida segura; Eixo 5. Direito à participação. Os quais contaram com os seguintes temas: Eixo 1. Educação, trabalho, cultura, comunicação. Eixo 2. Cidade, campo, transporte, meio

ambiente e comunidades tradicionais. Eixo 3. Saúde, esporte, lazer e tempo livre. Eixo 4. Segurança, valorização e respeito à diversidade e direitos humanos. Eixo 5. Participação. (BRASIL. 2011 p 7)

Dos Santos e Yamamoto (2018), reforçam a importância da 2ª Conferência Nacional da Juventude como forma de ampliação da participação social na formulação das políticas públicas.

A II Conferência também foi um passo importante no que se refere à consolidação da participação social como método de gestão nas três esferas de poder. No decorrer das Conferências é perceptível o engajamento dos movimentos sociais de juventude, atuando como atores importantes na formulação e fiscalização das políticas implementadas. (DOS SANTOS; YAMAMOTO. 2018, p 662)

Os autores salientam que a conferência apontou os próximos rumos das políticas a serem adotadas pelo governo, como a criação do estatuto da juventude em 2013.

Já a 3ª Conferência Nacional da Juventude teve como tema: as várias formas de mudar o Brasil. E foi realizada entre os dias 16 e 19 de dezembro de 2015, em Brasília, com a presença de cerca de 2 mil delegados de todos os estados e do distrito federal.

Os debates foram divididos em 11 eixos, seguindo o Estatuto da Juventude, onde os participantes debateram as prioridades para os próximos anos. Os temas dos eixos foram: saúde; segurança; educação; território e mobilidade; participação; diversidade; meio ambiente; comunicação; cultura; trabalho; esporte;(BRASIL. 2016, p 6)

As três primeiras conferências nacionais de juventude ocorreram em um período de 7 anos, entretanto com o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff houve uma descontinuidade das conferências. Ribeiro e Macedo (2018) entendem o impeachment como o final desse ciclo de políticas públicas para juventude.

A 4ª Conferência Nacional da Juventude teve como lema “Reconstruir no presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e bem viver” e aconteceu entre 14 e 17 de dezembro de 2023, em Brasília. A conferência foi convocada pelo decreto presidencial nº 11.619/2023, e teve seu regimento interno publicitado pela Resolução CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR Nº 1, de 11 de agosto de 2023.

No processo de preparação da 4ª conferência, foram realizadas etapas livres, digital, temáticas, juventudes de povos e comunidades tradicionais, municipais, regionais, territoriais, estaduais, do distrito federal. E nessas etapas foram eleitos os delegados para a conferência nacional.

O artigo 6º do regimento interno da conferência, define os objetivos da 4ª Conferência Nacional de Juventude, além do objetivo geral abaixo, ainda conta com 22 objetivos específicos.

Art. 6º A 4ª Conferência Nacional de Juventude tem por objetivo geral atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento do Brasil, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceitos... (BRASIL 2023b, p 1)

Esses objetivos discorrem sobre a participação dos jovens na formulação das políticas públicas de juventude e dos instrumentos de ação juvenil, como sistema nacional de juventude e o plano nacional de juventude.

De acordo com o caderno de propostas da 4ª Conferência Nacional de Juventude, as etapas preparatórias para a conferência nacional foram importantes pois trouxeram a participação da juventude brasileira para o debate sobre as políticas públicas.

A preparação para a 4ª Conferência Nacional de Juventude articulou a participação de um contingente de mais de quinhentos mil jovens em todo o país, mostrando sua potente diversidade, suas propostas, prioridades e caminhos para ampliar possibilidades e oportunidades para o Bem Viver da juventude brasileira. Assim, de agosto a novembro de 2023, os/as jovens brasileiros/as debateram Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil; Educação; Profissionalização, Trabalho e Renda; Diversidade e Igualdade; Saúde; Cultura; Comunicação e Liberdade de Expressão; Desporto e Lazer; Território e Mobilidade; Sustentabilidade e Meio Ambiente; Segurança Pública e Acesso à Justiça; e Sistema Nacional de Juventude. (BRASIL 2023c, p 16)

Os debates da conferência foram divididos em 12 eixos: eixo 1) Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; eixo 2) Direito à Educação; eixo 3) Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; eixo 4) Direito à Diversidade e à Igualdade; eixo 5) Direito à Saúde; eixo 6) Direito à Cultura; eixo 7) Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; eixo 8) Direito ao Desporto e ao Lazer; eixo 9) Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; eixo 10) Direito ao Território e à Mobilidade; eixo 11) Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; eixo 12) Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

O eixo 1 tem como foco priorizar a mobilização, a participação, a organização e a representação da juventude para manutenção do entendimento do jovem como sujeito político e social. O eixo 2 prioriza a garantia, a qualidade e a função social da educação. O eixo 3 tem foco a efetivação da profissionalização da juventude, a garantia de trabalho digno e renda. O eixo 4 prioriza o combate a discriminação, buscando a igualdade de oportunidades. O eixo 5 tem foco na garantia a saúde considerando as singularidades da juventude. O eixo 6 prioriza a produção e acesso à cultura pela juventude. O eixo 7 tem como foco o acesso a comunicação e o direito à livre opinião. O eixo 8 prioriza o direito ao lazer e ao esporte com qualidade. O eixo 9 tem como foco a mobilidade e o território, o direito de ir e vir e o direito a habitação. O eixo 10 prioriza a sustentabilidade e o meio ambiente. O eixo 11 tem como foco o a segurança pública e o acesso a justiça, principalmente garantindo isso as “minorias” como jovens negros, mulheres jovens e jovens LGBTQIA+. O eixo 12 prioriza o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, que busca criar um regime de colaboração entre governo federal, estados e municípios para a melhoria da implementação de políticas públicas de juventude. (BRASIL 2023c)

As etapas municipais, regionais e estaduais e do distrito federal, durante seus debates formularam propostas para cada eixo e as mais votadas pelos delegados foram enviadas para a etapa nacional. E as propostas, moções e contribuições de todas as etapas também foram enviadas a nacional.

Todas as propostas enviadas foram analisadas e foi organizado uma sistematização com 229 propostas, as quais foram organizadas em um caderno de propostas. Durante a conferência as propostas foram debatidas por eixo, onde os delegados puderam definir as três propostas prioritárias de cada eixo, além de uma proposta rejeitada.

4.1 PARTICIPAÇÃO NA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

A minha participação na 4ª Conferência Nacional de Juventude começou na etapa municipal, onde participei dos debates e após fui eleita delegada para a etapa estadual do Rio Grande do Sul. Na etapa estadual, novamente ocorreram os debates dos eixos da conferência e após os debates foi feita a eleição de delegados, onde fui eleita para a etapa nacional.

A organização nacional do evento foi responsável pela locomoção, hospedagem e alimentação dos delegados na conferência nacional, sem nenhum custo para os delegados. O que possibilitou a participação de jovens com diversas vivências, principalmente jovens que vivem em vulnerabilidade econômica.

No dia 14 de dezembro de 2023, as atividades da conferência foram só a noite, com a abertura oficial. A abertura teve fala do Presidente do Conselho Nacional de Juventude Marcus Barão, do Secretário Nacional de Juventude Ronald Sorisso, do Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República Marcio Macedo e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além da presença de diversos ministros e outras autoridades. As falas foram ressaltando a importância da conferência e da participação da juventude.

No segundo dia de atividades, pela manhã ocorreu a leitura e aprovação do regimento interno da conferência. À tarde, primeiramente foi realizado um painel magno sobre “Juventudes Brasileiras e suas Múltiplas Vozes”, que trouxe vários jovens para falarem sobre suas experiências. E num segundo momento ocorreram 22 painéis temáticos, que conversavam com os 12 eixos da conferência. Cada painel teve vários panelistas para debaterem sobre o tema.

Já no terceiro dia ocorreram os eixos propriamente ditos, 6 eixos pela manhã e 6 pela tarde, e cada participante escolhia o eixo que em que ia participar. Nos eixos eram apresentadas as propostas encaminhadas das outras etapas e que foram sistematizadas em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

A partir da leitura das propostas, cada delegado tinha direito de votar nas suas 3 prioritárias e rejeitar uma proposta. Depois das 3 propostas escolhidas, foi a parte dos destaques, que poderiam mudar a escrita dela, adicionar ou suprimir alguma coisa, mas não poderia modificar a intenção da proposta.

No domingo 17 de dezembro de 2023, último dia da conferência, foi feita a aprovação ou não das propostas prioritárias dos eixos, todos os delegados puderam votar nas propostas de todos os 12 eixos. E também foi feita a leitura e aprovação das moções apresentadas a conferência.

A 4ª Conferência Nacional de Juventude teve debates muito ricos sobre os temas que afetam a juventude, foi nítido que os delegados estavam preparados para construir as políticas públicas de juventude para os próximos anos. Estavam presentes juventudes organizadas de movimentos sociais, partidos políticos, a

juventude do campo, a juventude negra, a juventude de povos e comunidades tradicionais, jovens migrantes, jovens com deficiência. Essa pluralidade de participantes, foi essencial para os debates na conferência, trazendo visões distintas, mas que se organizam para criar políticas públicas para a juventude brasileira.

Enquanto participante da 4ª Conferência Nacional da Juventude, tive um papel atuante, participando de todos os espaços e debates. Me dividindo entre jovem participante e pesquisadora, o que possibilitou uma visão ampla e analítica da Conferência.

O sentimento que fica é da participação na construção de algo que beneficiará milhares de pessoas no país. Enquanto pesquisadora em políticas públicas é gratificante visualizar o espaço da criação de políticas públicas de juventude.

4.2 RESULTADOS DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

O relatório final da conferência até o momento deste trabalho não foi divulgado pela comissão organizadora, entretanto foram divulgadas as resoluções e moções que foram resultado da 4ª Conferência Nacional de Juventude. Utilizaremos esse documento para analisar o que os jovens brasileiros presentes na conferência pensam.

Foram definidas 36 propostas, sendo três de cada um dos 12 eixos da conferência e também foram apresentadas e aprovadas 20 moções com temas variados.

As moções foram as seguintes: Moção 1: 1º Programa Nacional de Participação Juvenil e Protagonismo estudantil - Participa Jovem. Moção 2: Contra O Corte De 5% Das Verbas Da Educação Do Estado De São Paulo. Moção 3: Maceió Se Afunda Em Lágrimas: Braskem A Culpa É Sua! Moção 4: Jovens feministas em luta por direito ao aborto legal, gratuito e seguro já! Moção 5: Contra Os Abusos Do Complexo De Suape. Moção 6: Moção Contra O Marco Temporal. Moção 7: As Juventudes Com Deficiência Existem E Devem Ser Importantes Para Nós! Moção 8: Moção De Repúdio Aos Atos De Intolerância Religiosa E Queima/Destruição De Casas De Umbanda, Quimbanda E Candomblé. Moção 9: Moção Da Juventude Brasileira Contra O Apartheid Israelense E Em Solidariedade Ao Povo Palestino. Moção 10: Moção De Repúdio Aos Casos De Racismo E Transfobia Ocorridos Na 4ª Conferência Nacional De Juventude. Moção 11: Moção Em Defesa De Uma Nova Lei Do Ensino Médio Brasileiro. Moção 12: Moção Em Defesa Da Recomposição Do

Orçamento Do Ensino Superior. Moção 13: Moção Para Criação De Uma Secretaria De Migração Do Governo Brasileiro. Moção 14: Moção Pelo Fim Do Extermínio Da Juventude Negra E De Periferia, E Por Uma Outra Política De Segurança Pública. Moção 15: NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA NOSSA ÁGUA: A Sabesp e a Cosanpa não são mercadorias! Moção 16: Por Trabalho Digno Para As Juventudes. Moção 17: Não Ao Petróleo Na Amazônia. Moção 18: Pela Revogação Do Decreto N° 10.185/2019 E Por Intérpretes De Libras Nas Instituições De Ensino. Moção 19: São Pau Lo: Território De Resistência. Moção 20: Suásticas Nazistas nos Banheiros. (BRASIL 2023d)

Podemos perceber que as moções conversam diretamente com os eixos debatidos na conferência, com temas como educação, direitos humanos e meio ambiente. Temas que se mantem como pauta desde a 1ª Conferência Nacional de Juventude, e que ainda são necessários de serem defendidos.

Já nas propostas aprovadas aparece recorrentemente a garantia de recursos para a realização dos projetos e programas para a juventude. Além da efetivação da aplicação de leis já existentes.

A segunda proposta do eixo 12. Sistema Nacional de Juventude- SINAJUVE, exemplifica a prioridade da garantia de recursos.

Fortalecer o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) como uma política estruturante. Garantir, nas esferas federal, estadual e municipal, o orçamento de, no mínimo, 1% (um por cento) para a execução de política pública de juventude. Vincular a adesão dos entes federados ao SINAJUVE para o repasse de recursos, a partir da criação de órgãos gestores e Conselhos de Juventude ativos e representativos, com planos devidamente estabelecidos para recebimento de políticas, programas e projetos de juventude. Na regulamentação, criar mecanismos de incentivo financeiro para que os conselhos de juventude possam funcionar em todas as esferas governamentais. Ampliar a disponibilidade de recursos e editais para os órgãos e entidades inscritos no SINAJUVE. O fundo deverá ser gerido de forma compartilhada entre órgãos gestores e Conselhos de Juventude de cada ente federado e focar na implementação das prioridades definidas nas Conferências. Incentivar o mapeamento e a sistematização das políticas públicas de juventude nos estados e municípios. Realizar pesquisas amplas e participativas sobre as juventudes e as demandas por políticas públicas nos estados e municípios. Os resultados das pesquisas serão utilizados para orientar as políticas públicas de juventude e a eventual necessidade de redistribuição dos recursos financeiros nos estados e municípios. (BRASIL 2023d, p 27)

Essa garantia de recursos é fundamental para implementação das políticas públicas, e deve ser feita a nível federal, estadual e municipal. Assim atingindo o público alvo dessa política pública.

Muitas das propostas eleitas, trazem a transversalidade em si, priorizando os recortes étnicos raciais, de gênero, pessoas com deficiência, entre outros. Mostrando

que a juventude é permeada por outras características além da idade. Como podemos ver na primeira proposta do eixo 3 do direito à profissionalização, ao trabalho e à renda,

Sistematizar e estruturar o Programa Primeiro Emprego, Estágio e Jovem Aprendiz como uma política pública nacional permanente, por meio de Lei que estabeleça: suas finalidades; relações de colaboração com as empresas; fonte de recursos públicos; público prioritário (jovens periféricos/as, PCD, juventude rural, em cumprimento de medida socioeducativa, LGBTQIA+, negros/as, povos originários, povos e comunidades tradicionais). Ampliar o quadro de empresas participantes, incluindo profissões e carreiras que possam direcionar a escolha do jovem para a sua inclusão, permanência e readequação profissional. Incluir na elaboração da Lei a exigência de um percentual de 10% de contratação, pelas empresas, de jovens que procuram o primeiro emprego, em níveis federal, estadual e municipal. (BRASIL 2023d, p 9)

A proposta tem a criação de uma política pública com transversalidade, assim captando as necessidades de cada jovem, para a colocação e manutenção no mercado de trabalho.

As 36 propostas aprovadas traduzem os anseios e visões da juventude brasileira, que estava representada na conferência pelos delegados eleitos em suas etapas. A juventude presente na conferência realizou debates de temas importantes para ela própria, mas também para toda a população.

Santos (2019) ressalta a participação dos grupos de interesse na política pública através de espaços de participação social, o que pode ser visto na realização das conferências nacionais. No caso da 4ª Conferência Nacional de Juventude, foi visto a pressão da juventude enquanto grupo de interesse na aprovação das propostas e moções.

A construção de políticas públicas através da 4ª Conferência Nacional de Juventude, se dá com um papel ativo da juventude, que apesar de diversa, trouxe elementos para o debate que engrandeceram as políticas públicas que serão o resultado da conferência. A juventude não estava como mera espectadora da construção, mas como sujeito de direito com voz e vez para colocar seu conhecimento e construir coletivamente políticas públicas para o próximo período.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, conceituamos políticas públicas, trazendo teóricos que estudam o tema há muito anos, que podemos sintetizar como a escolha ou não de fazer alguma coisa diante de um problema social. (DYE, 1984; SOUZA, 2006; AMABILE, 2012). Conhecemos o ciclo de políticas públicas e suas etapas (SECCHI, 2010), e definimos as etapas relevantes para esta pesquisa. A construção da agenda, e os grupos de interesse na formulação das políticas públicas.

Conceituamos também a juventude, além da métrica etária, mas como uma categoria social. Ressaltando o perigo de entender a juventude somente como uma categoria transitória, sem considerar as particularidades e importância social. (CORDEIRO e CLEMENTINO, 2012)

Trouxemos um histórico das políticas públicas de juventude no Brasil no século XXI, ressaltando a participação social na construção das políticas. Depois de um período de seis anos em que as políticas públicas de juventude foram diminuídas, em 2023 volta a acontecer a conferência nacional de juventude, sendo o objeto de análise deste trabalho.

Na análise da 4ª Conferência Nacional de Juventude, podemos visualizar a transversalidade dos temas que permeiam a juventude. E a importância do financiamento das políticas públicas.

A questão norteadora do trabalho era: qual é o papel da juventude na formulação de políticas públicas através da 4ª conferência nacional de juventude? E nossa hipótese era que a juventude tem um papel ativo na formulação de políticas públicas através da 4ª conferência nacional de juventude.

Hipótese que foi confirmada na análise da 4ª Conferência Nacional de Juventude, o método de pesquisa participante possibilitou a pesquisa de campo, na conferência, onde pudemos visualizar o papel que a juventude desempenhou na construção das políticas públicas através da conferência. Além de um papel ativo na formulação das políticas públicas, a juventude presente na conferência também realizou debates qualificados e diversificados sobre os temas que permeiam a construção social do jovem.

Atendemos nosso objetivo geral, identificando como os jovens presentes na 4ª Conferência Nacional de Juventude atuam na construção das políticas públicas de juventude que são resultado da conferência. E nossos objetivos específicos,

entendendo se os jovens são atores ativos nessa construção, e conhecendo o histórico das políticas públicas de juventude no Brasil no século XXI.

O presente estudo, realizou através da pesquisa participante, a aproximação da pesquisadora com o objeto de estudo. Fazendo com que a autora desempenhasse três papéis na 4ª Conferência Nacional de Juventude, como pesquisadora, público-alvo e delegada. O que possibilitou uma visão ampla sobre o objeto de estudo. E a partir deste estudo criam-se diversas possibilidades de ampliação e aprofundamento da análise das políticas públicas de juventude.

Este trabalho atingiu o que se propôs, trazendo o referencial teórico e as análises de campo e documental. Entretanto, poderíamos ter avançado na análise dos resultados da 4ª Conferência Nacional de Juventude, comparando-a com as edições passadas, mas infelizmente, o documento completo com os resultados não foi divulgado pela comissão organizadora até o momento.

Assim, criando a perspectiva de uma futura análise comparada dos resultados das quatro conferências nacionais de juventude realizadas no Brasil. Ainda, abre a possibilidade de realizar um estudo sobre a implementação das políticas públicas resultantes da 4ª Conferência Nacional de Juventude, podendo focar em eixos específicos da conferência, conferindo se as propostas aprovadas foram implementadas e em como a juventude participa do processo de implementação.

A juventude não é estática, por isso é importante sempre realizar estudos sobre ela. Verificando quais são os anseios e necessidades dessa categoria social, e criando políticas públicas que atendam à juventude. Este trabalho buscou contribuir com isso, auxiliando na melhoria das políticas públicas de juventude no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; MENEZES, Monique; RISCADO, Priscila. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. *Agenda Política*, v. 3, 2015. p. 12-42.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas Públicas. In *Dicionário de políticas públicas* / Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012.

AZAMORW, C. R.. Pesquisa participante, representações sociais e psicossociologia: diálogos possíveis na escola. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 33, n. 2, p. 137–142, maio 2021.

BRASIL 2008. 1ª Conferência Nacional de Juventude: levante sua bandeira. Caderno de resoluções.

BRASIL 2011. Texto base da 2ª Conferência Nacional de Juventude: conquistar direitos, desenvolver o Brasil.

BRASIL 2013. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude *Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude* / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL 2016. Resolução final da 3ª Conferência Nacional de Juventude: As várias formas de mudar o Brasil.

BRASIL 2023a. Decreto nº 11.619 de 25 de julho de 2023. Convoca 4ª Conferência Nacional de Juventude.

BRASIL 2023b. Resolução CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR Nº 1 de 11 de agosto de 2023. Dispõe sobre o Regimento Interno da 4ª Conferência Nacional da Juventude.

BRASIL 2023c. 4ª Conferência Nacional de Juventude. Caderno de propostas.

BRASIL 2023d. Resoluções e Moções da 4ª Conferência Nacional de Juventude.

CAPELLA, A. C. N. (2018). *Formulação de Políticas Públicas* (Coleção Governo e Políticas Públicas). Brasília, DF: ENAP.

CORDEIRO, M. C. M.; CLEMENTINO, J. V. Políticas Públicas de Juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em construção. *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 10, n. 20, p. 13–28, 2020.

CUNHA, P. R. C.. A participação política juvenil e o conhecimento sobre políticas públicas de juventude no Brasil. *Revista Segurança Urbana e Juventude*, v. 4, p. ---, 2011.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. Caderno de Pesquisa [do] NEPP/UNICAMP, n. 82, 2009.

DOS SANTOS, L. I. C., & YAMAMOTO, O. H. (2018). Juventude brasileira em pauta: analisando as conferências e o estatuto da juventude. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 16(2), 657-668.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1984 Apud SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20–45, jul. 2006.

FERREIRA, Celma Duque. PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Alinhamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável ambiental com o planejamento orçamentário do governo federal do Brasil. Florianópolis, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em 23 de novembro de 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: vozes, 2002

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. *Rev. Cien. Soc.*, Montevideo , v. 31, n. 42, p. 107-126, jun. 2018 .

PETINELLI, V.. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 228–250, jun. 2011.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. *Políticas Públicas: introdução*. Porto Alegre: Jacarta, 2021

SANTOS, Manoel Leonardo. Teorias e possibilidades analíticas para o estudo dos grupos de interesse: uma introdução ao tema. *Política hoje*. v.28. n 1. 2019. p. 395-424

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Coletânea Políticas Públicas*. v.1. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, n. 16, p. 20–45, jul. 2006.

SPOSITO, M. P., & CARRANO, P. C. R. 2003. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação. 24, 16

TONELLA, Celene; DOURADO, Simone. Juventude, políticas públicas e contestação no Brasil. Pilquen: Sección Ciencias Sociales, Buenos Aires, v. 24, n. 5, out/dez. 2021.